

AVISO DE PRIVACIDADE EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

23/03/2026

Capítulo 1 — Sobre o Aviso de Privacidade

1.1. Este Aviso estabelece as informações e os dados pessoais aos quais a EPE poderá ter acesso em virtude da interação do usuário com o Portal, bem como a forma como tais informações podem ser armazenadas, utilizadas e protegidas.

1.2. Para fins deste Aviso, a EPE atua como controladora dos dados pessoais tratados no âmbito do Portal. Prestadores de serviços contratados para apoiar a operação do Portal poderão atuar como operadores, mediante obrigações contratuais de confidencialidade e segurança compatíveis com este Aviso.

Capítulo 2 — Requisito para utilização de funcionalidades com cadastro

2.1. O acesso às páginas públicas do Portal Institucional da EPE (www.epe.gov.br) não exige cadastro.

2.2. Para algumas funcionalidades, poderá ser necessário fornecer dados pessoais, como no envio de solicitações. Nesses casos, a EPE informará de maneira transparente a finalidade da coleta e como ela será utilizada.

2.3. Sistemas de acesso restrito eventualmente disponibilizados a partir do Portal poderão possuir termos de uso e procedimentos próprios de credenciamento e acesso, a serem divulgados no Portal, quando aplicável.

Capítulo 3 — Informações que coletamos

3.1. A EPE coleta dados das seguintes formas em seus canais digitais:

a) **Newsletters:** coleta do endereço de e-mail quando você se cadastra para receber novidades por e-mail.

b) **Informações de navegação:** a EPE pode armazenar informações sobre sua navegação, como endereço IP, cookies e páginas acessadas.

c) **Pedidos de Acesso à Informação e Manifestação de Ouvidoria:**

Em cumprimento ao art. 11-A do Decreto nº 7.724/2012 e aos artigos 8, 20 e 22 da Portaria Normativa CGU Nº 116/2024, todos os pedidos de acesso à informação e as manifestações de ouvidoria devem ser registrados, obrigatoriamente, na plataforma digital Fala.BR.

O Fala.BR é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal. Ela é mantida pela Controladoria-Geral da União (CGU) em um servidor seguro, garantindo a acessibilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados.

Por meio do Fala.BR, o cidadão pode registrar pedidos de informação previstos na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e manifestações de ouvidoria, como

reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações, conforme a Lei nº 13.460/2017, que trata dos direitos dos usuários de serviços públicos.

O acesso à plataforma é feito de forma digital, por meio do Login Único Gov.BR, que permite a identificação segura do cidadão e o acesso unificado aos serviços digitais do Governo Federal.

Caso o pedido de acesso à informação ou a manifestação de ouvidoria seja realizado por meio diverso da plataforma, como e-mail, telefone, carta ou atendimento presencial, a unidade de Ouvidoria poderá efetuar o registro na plataforma Fala.BR, desde que haja solicitação e autorização do cidadão. As informações fornecidas servem, exclusivamente, para prestação dos serviços relacionados às atividades às quais os respectivos cadastros são destinados.

3.2. A EPE não coleta dados pessoais sensíveis por meio do seu Portal institucional.

3.3. É responsabilidade do usuário informar dados corretos e atualizados nos campos de cadastro/contato disponíveis no Portal, quando utilizados.

Capítulo 4 — Como usamos suas informações

4.1. Os dados e informações coletados poderão ser utilizados para:

- a) **Produção de estatísticas gerais** para fins informativos ou estratégicos, com análise agregada e anônima, sem identificação direta do usuário.
- b) **Melhoria da experiência de navegação**, desempenho e segurança do Portal, inclusive por meio de cookies.
- c) **Atendimento a solicitações** encaminhadas por canais do Portal, quando existentes (ex.: formulários institucionais).
- d) **Envio de comunicados** (ex.: newsletters), quando você tiver se inscrito para recebê-los, com possibilidade de cancelamento a qualquer tempo.

4.2. A EPE **não comercializa** dados pessoais individuais e não fornece informações a terceiros para finalidades comerciais.

4.3. O tratamento descrito neste Aviso poderá se fundamentar nas seguintes bases legais da LGPD:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- b) execução de políticas públicas (quando aplicável à EPE);
- c) atendimento a solicitações do titular;
- d) consentimento (apenas para inscrições voluntárias em newsletter);
- e) legítimo interesse para melhoria de navegação;

4.4. A EPE observa, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito do Portal Institucional, os princípios previstos no art. 6º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo que o tratamento seja conduzido de maneira ética, transparente e proporcional:

- a) **Finalidade:** Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- b) **Adequação:** Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto da interação com o Portal.
- c) **Necessidade:** Limitação do tratamento ao mínimo indispensável para a realização das finalidades declaradas, abrangendo apenas dados estritamente necessários.
- d) **Livre Acesso:** Garantia de consulta facilitada e gratuita pelo titular sobre a forma e duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- e) **Qualidade dos Dados:** Adoção de medidas para assegurar precisão, clareza, relevância e atualização dos dados pessoais, conforme a necessidade e a finalidade de seu tratamento.
- f) **Transparência:** Fornecimento de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre o tratamento e os respectivos agentes envolvidos, resguardados segredos comercial e industrial.
- g) **Segurança:** Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, bem como de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração ou difusão.
- h) **Prevenção:** Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais no âmbito do Portal.
- i) **Não Discriminação:** Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.
- j) **Responsabilização e Prestação de Contas:** Demonstração, pela EPE, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

Capítulo 5 — Uso de Cookies

5.1. Cookies são pequenos arquivos de texto enviados e armazenados no dispositivo do usuário. Eles servem para reconhecer e acompanhar ações dentro do Portal, inclusive para auxiliar na medição de visitas. Apesar de distinguir visitantes, com o previsto no item 3.1, alínea 'b', **nenhuma informação pessoal que permita identificação é armazenada** para essa finalidade.

5.2. A EPE utiliza cookies necessários para melhorar a experiência de navegação, oferecer conteúdos mais adequados e medir desempenho do Portal. A EPE não utiliza cookies para fins comerciais ou de venda de informações.

5.3. Você pode ajustar as configurações do seu navegador para recusar cookies. No entanto, a recusa poderá afetar funcionalidades do Portal.

Capítulo 6 — Direitos dos titulares e como exercê-los

6.1. Nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), art. 18, o titular de dados pessoais poderá solicitar, quando aplicável:

- a) confirmação da existência de tratamento;

- b) acesso aos dados;
- c) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados;
- e) portabilidade a outro fornecedor;
- f) eliminação de dados tratados com consentimento, ressalvadas hipóteses legais;
- g) informação sobre compartilhamento de dados;
- h) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências;
- i) revogação do consentimento.

6.2. A EPE disponibiliza canal de contato com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), pelo e-mail **dpo.encarregado@epe.gov.br**.

6.3. Compete ao Encarregado receber comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências relacionadas ao tratamento de dados pessoais no âmbito da EPE, conforme a LGPD (Lei nº 13.709/2018, art. 41).

6.4. As respostas serão fornecidas no prazo legal, conforme art. 19 da LGPD.

Capítulo 7 — Exclusão, cancelamento e portabilidade

7.1. O titular poderá cancelar a inscrição na **Newsletter** a qualquer tempo por solicitação ao Encarregado (DPO).

7.2. Solicitações relativas à exclusão e/ou portabilidade, quando aplicáveis, deverão ser encaminhadas ao Encarregado (DPO) pelo e-mail **dpo.encarregado@epe.gov.br**.

7.3. O e-mail deverá conter as seguintes informações do requisitante: Nome completo; tipo de solicitação; detalhes da solicitação

7.4. A solicitação deverá se encaixar em uma das categorias do item **6.1**.

Capítulo 8 — Armazenamento, retenção e segurança das informações

8.1. A EPE armazena dados pessoais em ambiente seguro, com controles para impedir acesso não autorizado.

8.2. Os dados pessoais serão mantidos pelo tempo necessário ao atendimento das finalidades descritas neste Aviso e ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

8.3. A EPE adota medidas técnicas e organizacionais de segurança (incluindo obrigações de confidencialidade a operadores/fornecedores) compatíveis com a proteção dos dados pessoais tratados no Portal.

8.4. Qualquer incidente de segurança relevante será comunicado ao titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme aplicável.

Disposições finais

Este Aviso pode ser alterado a qualquer tempo. Recomenda-se a leitura periódica. Alterações relevantes serão comunicadas no Portal em formato de aviso ou notícia.